

Minerador estrangeiro ganha prazo de 4 anos

Brasília — Fotos de Gilberto Alves

BRASÍLIA — Por quatro anos, a partir da promulgação da nova Constituição, as empresas estrangeiras que já tenham autorização de pesquisa ou concessão de lavras de recursos minerais terão assegurado o direito de continuar exercê-la. Após esse prazo, serão obrigadas a se adaptar às regras aprovadas pela Constituinte, que nacionalizou a exploração dos recursos minerais brasileiros.

Por 361 votos contra dois e duas abstenções, o plenário da Constituinte aprovou ontem esse prazo de adaptação para as empresas estrangeiras, cumprindo um acordo fechado pelos líderes partidários. Ao determinarem as regras permanentes para a exploração dos recursos minerais, os constituintes restringiram a pesquisa e a lavra a brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional a serem definidas em lei.

Os portadores de títulos de pesquisa ou de lavra terão apenas um ano, a partir da promulgação, para comprovar que as jazidas minerais estão sendo efetivamente exploradas. Se antes desse prazo o Congresso Nacional elaborar uma lei específica sobre o assunto, ela terá preferência. Essa norma resultou de acordo entre os líderes, sendo aprovada quase que por unanimidade.

O senador Roberto Campos (PDS-PA) subiu à tribuna para criticar o acordo sobre as regras para a mineração. "Isto é um falso acordo. Todo problema de mineração tem sido tratado com uma tremenda desinformação e emotividade", disse. Ele se referiu aos recursos minerais como "cadáveres", e aos constituintes como "necrófilos".

Irritado, o deputado e geólogo Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) defendeu as normas fixadas pelo acordo, dizendo que, se a exploração dos recursos minerais brasileiros ainda é insuficiente para atender às necessidades do país, isto se deve à política mineral elaborada durante a gestão de Campos no Ministério do Planejamento, no governo Castelo Branco.



Ao final da última sessão do primeiro turno, os constituintes aplaudem Ulysses

Constituinte conclui 1ª etapa de votação

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, não escondeu sua alegria pelo fim do primeiro turno de votação da nova Constituição, às 13h30min de ontem. "Este é um momento culminante da minha vida política", disse, emocionado. "Tenho orgulho de presidir brasileiros dessa qualidade moral. Viva o Brasil com representantes dessa grandeza". Em pé, os 373 constituintes presentes o aplaudiram demoradamente.

Antes da aclamação, Ulysses comandara os aplausos em homenagem ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, que enrubescceu ao ver os constituintes levantados em sua homenagem. "Ele fez um trabalho gigantesco", afirmou Ulysses. Depois de Cabral, foram aplaudidos funcionários, constituintes e jornalistas, antecipando-se o tom emocional do fim do primeiro turno da Constituinte. Bem humorado, Ulysses topou até mesmo posar para fotografias.

Afinal, depois de cinco meses e alguns dias de votação, o plenário iniciou às 10h da manhã o processo de distensão. Na véspera, a Constituinte trabalhou mais de dez horas e muitos parlamentares ainda demonstravam cansaço. Apenas uma emenda, regulando a situação das empresas mineradoras estrangeiras, foi aprovada. Outras dez foram votadas sem alcançar número para aprovação ou rejeição.

O clima de fim de festa era dado por dezenas de constituintes que conversavam nos corredores do plenário. "A bancada do corredor quer adiar o término dos trabalhos para a próxima semana", brincou Ulysses em diversas votações, fazendo com que todos corresse de volta a seus lugares e apressassem o fim da sessão. "Obrigado, pela cooperação", dizia o presidente.

O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) tentou aprovar a extinção das ações e títulos ao portador. Embora tenha conseguido a maioria dos votos — 185 contra 144 —, a emenda não atingiu o quórum. "Se tivéssemos mais gente em plenário, teria conseguido a aprovação", lamentou Salomão. Poucos minutos depois, tentou aprovar a efetivação da mão-de-obra que trabalha com contratos temporários nas empresas estatais. Foi flagorosamente derrotado — 43 votos a 297 —, além de ter de enfrentar um "piuí" (alegoria para o trem da alegria) da maioria dos parlamentares.



Primeira página gera debate em plenário

Ulysses crê nos dois turnos mesmo com veto

O deputado Ulysses Guimarães acredita na realização da eleição municipal de novembro em dois turnos, apesar do veto do presidente José Sarney. Segundo Ulysses, que com a viagem de Sarney à China assumiu interinamente a Presidência da República pela décima segunda vez, a Justiça Eleitoral deverá regular o segundo turno após a promulgação da nova Constituição, que incorpora essa novidade.

"Entendo que se a Constituinte confirmar, e acho que vai, o segundo turno, ele pode perfeitamente ser aplicado. Não vejo dificuldade para que o tribunal discipline o segundo turno", disse Ulysses. Ele criticou o veto de Sarney ao artigo da lei de regulamentação das eleições de novembro que previa a apuração dos votos pelas próprias mesas receptoras.

Segundo Ulysses, o veto de Sarney foi dispensável: "Me permito, com o maior respeito que tenho ao presidente, a entender que melhor seria que fosse isto imperativo: se a mesa merece confiança para receber os votos, para evitar corrupção na recepção dos votos, também é apta para fazer a apuração. É mais rápido, e eu sou favorável".

O presidente do PMDB e da Constituinte elogiou a manutenção da participação de notáveis na propaganda eleitoral e também a diminuição do prazo para impugnação dos diplomados após a eleição, que caiu de 15 para três dias. "Entendo que é razoável porque deve dar muita velocidade ao processo eleitoral", disse.

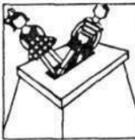
As próximas (e últimas) batalhas

Os parlamentares mais experientes não acreditam que o segundo turno de votação da Constituinte promova grandes alterações no texto já aprovado. Para suprimir qualquer trecho, será necessário reunir 280 votos no plenário — tarefa difícil de se realizar, sem acordos amplos e muita negociação. No segundo turno, com o

comparecimento dos parlamentares ao plenário tendendo a ser menor que no primeiro — as estimativas variam de 400 a 420 presentes por sessão — será uma proeza alcançar a maioria absoluta, ou seja, metade mais um (280) do total de 559 votos da Constituinte. Estas serão as próximas e definitivas batalhas:



Greve — O *Centrão* quer suprimir o direito de greve dos trabalhadores nos serviços essenciais, e dos servidores públicos. Joga para sua platéia, os empresários, porque, no plenário, não tem a menor chance de ganhar. A liberdade de greve foi aprovada por maioria muito ampla, com o apoio de alguns baluartes das forças conservadoras, como Jarbas Passarinho (PDS-PA) e José Lourenço (PFL-BA).



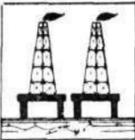
Voto aos 16 anos — Outro tema na alça de mira do *Centrão* que dificilmente cairá. Foi aprovado num clima emocional no primeiro turno mas, num ano eleitoral, dificilmente a maioria dos constituintes vai ficar contra — e, em matéria de eleição, os políticos são sempre pragmáticos.



Turno de 6 horas — Dispositivo que reduziu a jornada de trabalho nas empresas que funcionam ininterruptamente, com os funcionários trabalhando uma semana de noite e outra de dia. Os empresários vão jogar tudo na supressão desse ponto, mas não será fácil. Se o Planalto entrar em ação, ao lado do empresariado, as chances melhoram.



Ações trabalhistas — A Constituinte estabeleceu que as ações trabalhistas no campo só prescrevem dois anos depois de o trabalhador deixar o emprego. Os empresários rurais estão irritadíssimos, e a UDR quer cortar o dispositivo. Não deve cair, mas a UDR já mostrou que é capaz de obter resultados positivos no plenário, quando ninguém acredita.



Contrato de risco — O *Centrão* quer derrubar a proibição de contratos de risco na exploração de petróleo. Será uma surpresa se for bem sucedido. O plenário é majoritariamente nacionalista e não vai retroceder numa questão de tanto apelo popular. Além disso, entre os militares, a posição predominante é a favor do artigo. Isso pesa na hora da decisão.



Juros de 12% — A taxa dos juros reais em no máximo 12% foi uma das surpresas do primeiro turno. Com um quórum bem alto no segundo turno e muita mobilização, há alguma possibilidade de esse item ser suprimido. O problema é que não existe nenhum setor tão antipático na Constituinte como o financeiro. Bater em banqueiro dá voto, prestígio e tem o doce sabor da desforra.



Mineração — O *Centrão* quer suprimir a proibição de as empresas estrangeiras operarem na lavra e na pesquisa mineral. Mais um vez, vai se chocar contra o nacionalismo do plenário, que, nesse caso, será reforçado pela discreta e eficiente ação das empreiteiras, interessadíssimas no setor. As chances de as multinacionais ganharem a batalha é quase nenhuma.



Creches — O *Centrão* quer suprimir o artigo que garante aos filhos e dependentes do trabalhador a assistência gratuita em creches e pré-escolas até os 6 anos. No primeiro turno, se tivesse mobilizado suas forças, poderia ter evitado a inclusão do dispositivo, mas cortá-lo agora será difícil. Poucos vão votar contra creches para crianças, confiando que a medida, simplesmente, não pegue.



Forças Armadas — As esquerdas, especialmente o PT e o PC do B, querem cortar a expressão que autoriza as Forças Armadas a intervirem em defesa da ordem interna. Também jogam para a platéia, porque não há a menor possibilidade de alteração em tema tão delicado, pensadamente negociado. A maioria dos constituintes considera a questão encerrada e não vai reabri-la.



Reforma agrária — Outra emenda supressiva que a esquerda vai apresentar é em cima do dispositivo que proíbe a reforma agrária em terra produtiva. No primeiro turno, a maioria dos presentes no plenário foi contra esse dispositivo, mas não se alcançou a marca dos 280 votos necessários para tirá-lo do texto. No segundo turno, tampouco será atingida a maioria absoluta. É batalha perdida.



Anistia do cruzado — A UDR considera questão de honra ampliar até os médios produtores a anistia da correção monetária nas dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. Ronaldo Caiado não gostou que jogassem água no seu chope. Já avisou que vem com tudo. Seu problema é que os pequenos empresários e produtores já foram atendidos e podem ficar trabalhando, em vez de pressionar a Constituinte.



Licença-paternidade — O *Centrão* acha um escândalo a licença de oito dias para o pai, a partir do nascimento da criança. Quer cortá-la. Mas dificilmente os empresários concentrarão energias numa questão como essa, tendo outras mais graves a atacar. Além disso, a medida é simpática e dá um ar de país civilizado ao Brasil. Podia não ter entrado na Constituinte, mas já que entrou é melhor ficar, pensam muitos constituintes.

Novas regras vão acelerar decisões

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, divulgou as normas que regerão a discussão e a votação da nova Constituição no segundo turno. Elas permitirão maior rapidez nos trabalhos. Nessa etapa, não serão aceitos destaques para votação em separado. O pedido de destaque é um artifício regimental para que um dispositivo seja mantido no texto constitucional, com a exigência de 280 votos.

"Isso não vigora quando a matéria teve aprovação da Assembleia Nacional Constituinte. O que foi aprovado com o mínimo de 280 votos só será retirado também com 280 votos ou mais. Não é admissível que uma parcela de constituintes invalide votação já havida com a participação de 280 ou mais votantes, postulando que a votação se repita. O ônus há de caber aos que queiram aprovar a emenda", escreveu Ulysses, na carta que explica as normas para o segundo turno, enviada a todos os parlamentares.

Na mensagem, o presidente da Constituinte esclareceu que não serão admitidas emendas supressivas que invertam o sentido da matéria aprovada — por exemplo, pedir a supressão da palavra "não" no dispositivo que diz que "não haverá pena de morte". As supressões podem ser de artigo, parágrafo, inciso, alínea, expressão ou palavra.

Essas são outras normas definidas por Ulysses para a votação em segundo turno:

Cronograma — Nos próximos dois ou três dias, o relator Bernardo Cabral entregará a redação do texto aprovado no primeiro turno. Publicado o texto, haverá cinco dias para discussão e apresentação de emendas. Depois disso, Cabral terá mais cinco dias para dar seu parecer sobre as propostas. O processo de votação começará com a aprovação do texto redigido por Cabral. Depois começam a ser votadas as emendas.

Emendas — Cada constituinte poderá apresentar até quatro emendas. Há cinco tipos de emendas: a) supressiva; b) de omissão (para restabelecer matéria aprovada no primeiro turno e omitida na redação do texto); c) de erro (quando a redação não corresponder à matéria aprovada); d) de contradição (assinalando dispositivos contraditórios entre si); e e) de correção de linguagem, no caso de vício de linguagem, erro ou má técnica legislativa.

Destaque — Cada constituinte poderá apresentar também quatro destaques. As emendas não destacadas — isto é, que não receberem o apoio de 35 ou mais parlamentares — serão votadas em dois blocos, conforme tenham recebido parecer favorável ou contrário do relator Bernardo Cabral. Essa norma deve reduzir bastante o número de votações em segundo turno, pois menos de 10% das emendas serão destacadas.

Emendas destacadas — Serão votadas separadamente no plenário. Dois oradores falarão a favor e dois contra, seguidos do relator, que dará o seu parecer. Será aprovada a emenda que conseguir 280 votos ou mais.

Fusão de emendas — Poderá haver fusão de emendas no segundo turno, desde que uma delas tenha sido destacada. Essa norma permite, até o início da votação, a transformação de várias emendas numa só. No primeiro turno, foi fundamental para facilitar os acordos. Além disso, agiliza os trabalhos e reduz o número de votações.

Voto simbólico — No caso das emendas que corrijam omissões, erros ou contradições, será permitida a votação simbólica — ou seja, os parlamentares votam levantando o braço —, sem necessidade de recorrer ao processo eletrônico, que exige, em média 15 minutos para fornecer o resultado.